

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPEA)

PLANO BIENAL DE TRABALHO DO CENTRO

NACIONAL DE RECURSOS HUMANOS

1975/1976

PLANO BIENAL DE TRABALHO DO CENTRO
NACIONAL DE RECURSOS HUMANOS

1975/1976

ÍNDICE

- APRESENTAÇÃO

- 1 - INTRODUÇÃO
- 2 - DEFINIÇÃO DAS LINHAS DE ATUAÇÃO
- 3 - TÓPICOS SELECIONADOS NOS SETORES DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E EMPREGO
- 4 - DETALHAMENTO DOS TÓPICOS
- 5 - OPERACIONALIZAÇÃO DOS TÓPICOS
- 6 - A PARTICIPAÇÃO DO PROJETO BRA/70/550
- 7 - CONDIÇÕES DE IMPLANTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Este documento de caráter preliminar, propõe uma definição para o Centro Nacional de Recursos Humanos.

Esta definição é nas páginas seguintes, formalizada em seus aspectos conceitual, estrutural e operacional.

Em seu aspecto conceitual o CNRH é definido como o órgão responsável pelas proposições de planejamento, coordenação e supervisão da Área Social (aqui usada como sinônimo da área de Recursos Humanos).

Em seu aspecto estrutural o Centro é definido como componente do Sistema Nacional de Planejamento e como tal vinculado aos processos de planejamento e decisão, onde ocupa um lugar definido em termos de responsabilidades e atribuições.

Em seu aspecto operacional o Centro é definido como responsável por um conjunto de atividades que se estendem da Assessoria às autoridades e órgãos superiores até ao estudo dos grandes problemas da Área Social.

1 - INTRODUÇÃO

O Centro Nacional de Recursos Humanos ao correr de sua existência acumulou um acervo de conhecimentos que o coloca em posição de destaque na área de Planejamento Social.

Atualmente o CNRH desenvolve uma série de atividades dentre as quais merecem destaque:

- Contrapartida Nacional ao Projeto "Planejamento de Recursos Humanos", do PNUD;
- Apoio a estudos e pesquisas sobre Migrações Internas juntamente com o MINTER;
- Apoio ao MEC para o detalhamento do Plano Nacional de Pós-Graduação;
- Apoio ao INAN, para o detalhamento de um conjunto de projetos na área de nutrição.

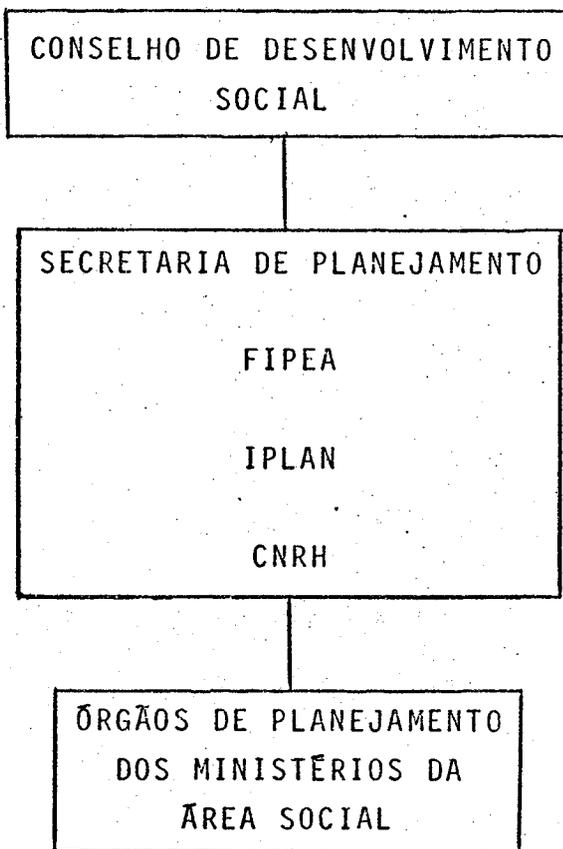
Este conjunto de atividades, além daquelas relacionadas com os Planos Nacionais de Desenvolvimento significa expressiva colaboração da Secretaria do Planejamento para o desenvolvimento da Área Social.

Além disso, em passado recente o Exmo. Sr. Presidente da República, houve por bem enfatizar os aspectos Sociais do desenvolvimento brasileiro. Desta oportuna decisão decorreu a criação do Conselho de Desenvolvimento Social e a necessidade de se ampliar o estudo e busca de soluções para vários problemas da Área Social. Ademais, cabe notar que o II PND confere especial destaque àquela área, demonstrando sua crescente importância.

Para operacionalizar o encaminhamento das diretrizes e atividades do Governo Federal na lide dos problemas sociais a Secretaria conta, como sempre contou, com o CNRH, órgão do Instituto de Planejamento da Fundação IPEA.

Assim, o CNRH é o órgão que reúne todas as condições para colaborar ativamente dentro do Sistema Nacional de Planejamento.

Exclusivamente para fins de argumentação, o Sistema Nacional de Planejamento engloba um subsistema para a área social, assim constituído:



Este subsistema é o mecanismo que se responsabiliza pela política e pelo planejamento social.

Faz-se então necessário definir atribuições e responsabilidades aos diversos componentes do subsistema para que este funcione a contento.

Este documento cingir-se-á ao Centro Nacional de Recursos Humanos, propondo para ele:

- atribuições e responsabilidades;
- um Plano de Trabalho para o biênio 75/76;

e explicitando as condições necessárias para que os objetivos propostos sejam alcançados.

O CNRH é o órgão do Sistema Nacional de Planejamento que por definição é responsável pelo planejamento, coordenação e supervisão das atividades da área social (ou de Recursos Humanos).

Para tanto, deve o CNRH:

- estudar e pesquisar os problemas sociais;
- manter estreito contato com todos os órgãos da área social;
- participar do processo decisório, no que lhe competir.

Assim, o CNRH deverá colaborar com o Conselho de Desenvolvimento Social, respondendo a uma série de solicitações dali advindas e propondo através dos canais competentes, novas soluções e/ou alternativas para assuntos relevantes.

Deverá também ampliar sua área de atuação, quantitativa e qualitativamente em todos os setores sociais para, com o correr do tempo, obter maior integração de esforços das entidades responsáveis pelos diversos setores.

Por fim, todas essas atividades serão alicerçadas em um conjunto de estudos e pesquisas que têm como objetivo primordial, conhecer aspectos passíveis de se tornarem pontos de estrangulamento para os objetivos e metas do II PND.

As múltiplas atividades ora propostas para o CNRH são ambiciosas e possíveis. Ambiciosas porque o Centro se dispõe a atuar ao longo dos processos de planejamento e decisão, de forma totalmente integrada com a Secretaria do Planejamento e com o Conselho de Desenvolvimento Social.

Ambiciosas ainda porque se propõe a contemplar também os setores de Saúde, Nutrição e de fenômenos demográficos^(*). Possíveis porque se crê que com o apoio das autoridades superiores e com a ex-

(*) Além dos setores educação e emprego.

mente
periência acumulada, as atividades são plenas e exequíveis.

Na certeza de que o apoio ora solicitado não faltará - como não faltou anteriormente - este documento detalha as atividades internas do CNRH para o biênio 75/76.

2 - DEFINIÇÃO DE LINHAS DE ATUAÇÃO

Divide-se em duas partes as linhas de atuação do Centro:

1.1 - Curto Prazo

1.2 - Médio Prazo

2.1 - Linha de Atuação de Curto Prazo

Nesta linha, o CNRH estará preocupado em conhecer as "de mandas sociais e institucionais" dos setores de Educação, Mão-de-Obra e Emprego, Saúde, Previdência Social, Nutrição e de alguns fenômenos demográficos.

Isto implica em observar cuidadosamente a evolução conjun tural dos setores, através de contatos com órgãos e/ou autoridades re presentativas, no intuito de obter um quadro de comportamento de cur to prazo, que indiquem prováveis pontos de estrangulamento. A secção 3 detalha e propõe os programas e as atividades deste prazo.

Esta linha compreende atividades dentro da Secretaria do Planejamento, nos outros órgãos federais e com outras entidades, como é descrito a seguir:

2.1.1 - Dentro da Secretaria do Planejamento

É um órgão de apoio e como tal deve auxiliar o IPLAN em tudo que se fizer necessário. Inclui-se entre as atividades de roti na:

- Grupos de Trabalho
- Preparação do orçamento anual do OPI e do PND na res pectiva área;
- Acompanhamento do orçamento anual, do OPI e do PND;
- Emissão de pareceres, quando solicitado.

2.1.2 - Com Outros Ministérios

- Atuar de maneira formal ou informal nos Ministérios da Educação e Cultura, Saúde, Trabalho, Previdência Social e Interior.

2.1.3 - Com Outras Entidades

Contato para mútua colaboração com: entidades internacionais, órgãos públicos estaduais e municipais, entidades privadas e para estatais, que exerçam atividades executivas ou de estudo ou pesquisa nos setores de educação, saúde, nutrição, população, mão-de-obra, emprego e afins.

Esta colaboração poderá ser unívoca ou biunívoca e formalizar-se-á através de:

- Colaboração técnica.
- Palestras ou cursos.
- Seminários.
- Estágios de Pessoal técnico.
- Intercâmbio de publicações.

2.2 - Linha de Atuação de Médio Prazo

Nesta linha, o Centro estará preocupado em detetar, pesquisar, analisar e alinhar alternativas de solução para alguns problemas que possam vir a comprometer o desenvolvimento sócio-econômico do Brasil.

A linha adotada deverá contemplar projeções de fenômenos tanto quanto simulações que, aprioristicamente, visem induzir modificações.

Quando a projeção de fenômenos for feita, o resultado mostrará quais problemas serão encontrados, se as tendências permanecerem.

Quando o desejo for simular, tratar-se-á de determinar os objetivos e metas e alcançar e após, que caminhos percorrer.

A Seção 4 detalha e propõe programas, projetos e atividades para este prazo.

2.3 - Conjugação do Curto e do Médio Prazos

Planejamento e Coordenação se faz com estudos e pesquisas e com acompanhamentos da realidade.

Qualquer Programa de Trabalho a ser desenvolvido pelo CNRH deve servir de apoio para a melhoria ou criação de políticas de governo na área social.

Propõe-se pois, que as atividades de rotina, representações externas e contatos com outras entidades sejam realizados por técnicos do CNRH. Quanto a estudos e pesquisas propõe-se que sejam realizados em conjunto com outras entidades tais como Universidades, Centros de Pesquisa, etc.

Assim, cada técnico terá sempre:

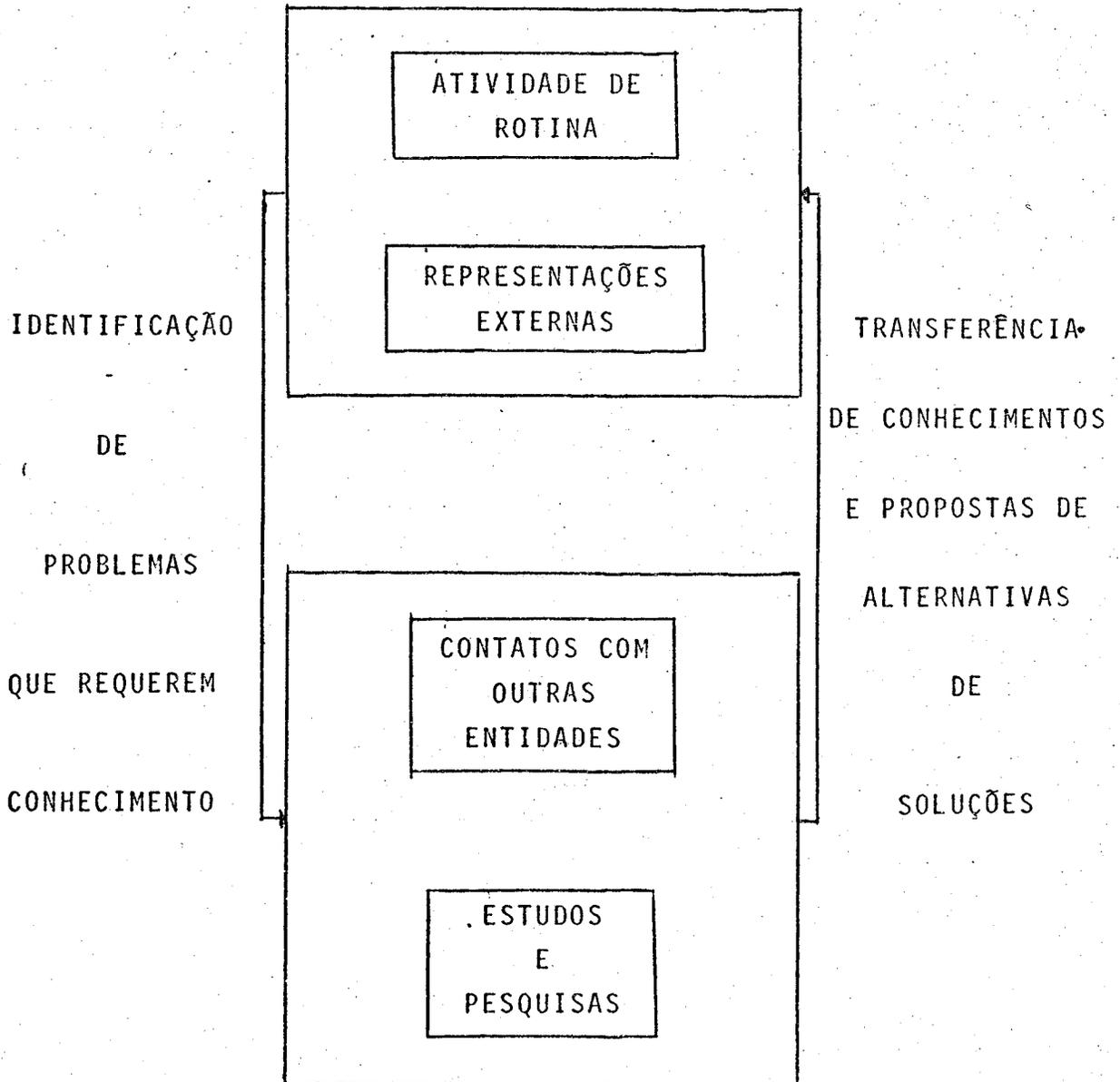
1. contato permanente com um Ministério;
2. representação externa naquele Ministério em que mantém contato; e
3. a função de ser a contraparte do CNRH quando for o caso de estudos e pesquisas.

Evita-se, desta maneira a divisão de "técnicos de programas e projetos" e "técnicos de pesquisa".

E mais importante ainda, proporciona ao Centro a possibilidade de interligar a realidade com a pesquisa, para que qualquer pesquisa traduza como resultado prático claras indicações de política, de programas e projetos. Esta idéia é mostrada esquematicamente nos quadros 1 e 2.

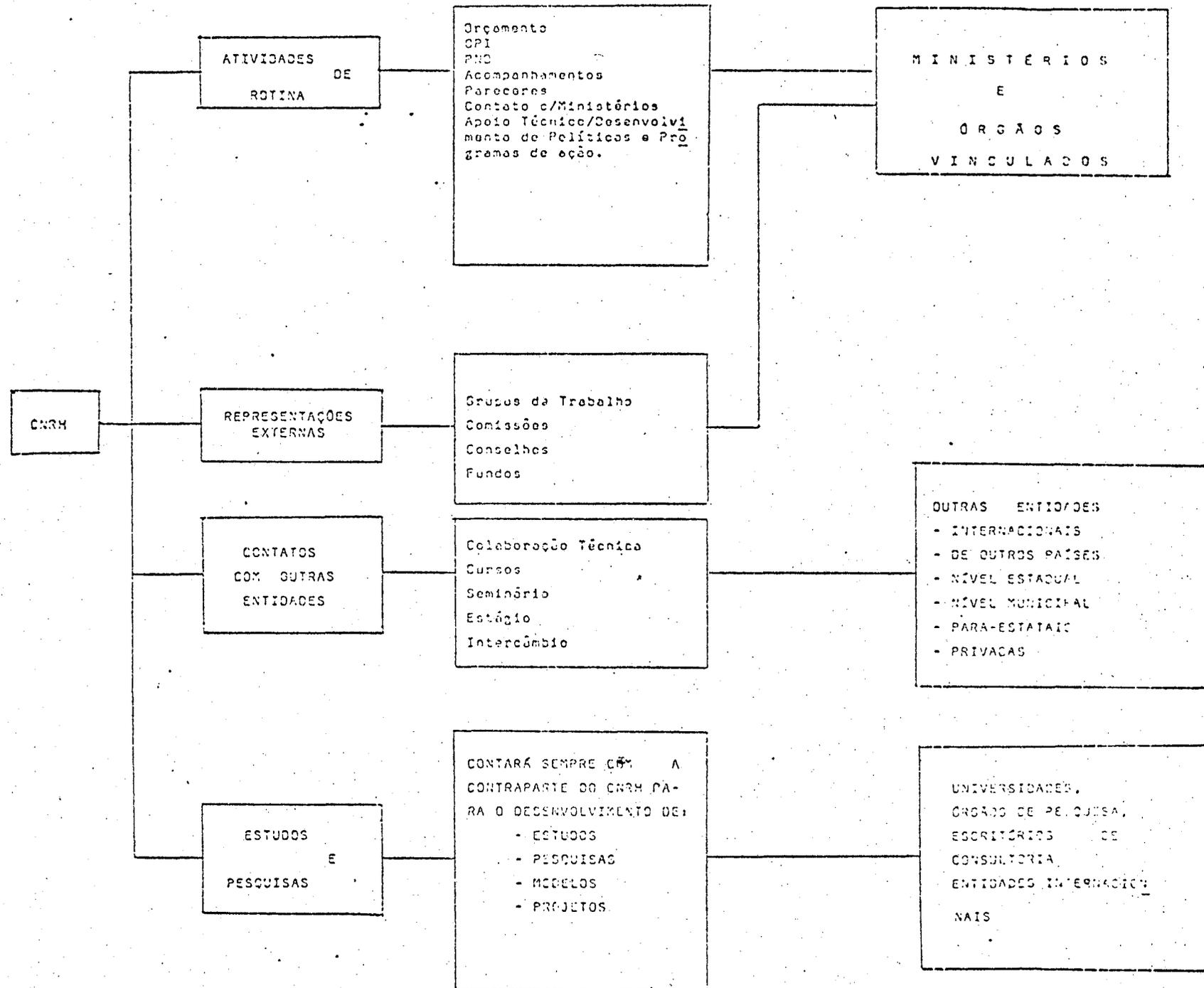
QUADRO 1

ESQUEMA DE ATUAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA DO CNRH



QUADRO 2

OPERACIONALIZAÇÃO DAS LINHAS DE ATUAÇÃO DO CNRH



3 - TÓPICOS SELECIONADOS NOS DIVERSOS SETORES

A interdependência dos setores que compõem a Área de Recursos Humanos colocam estes setores em condições de igualdade de tratamento.

Assim, em cada setor um conjunto de tópicos foram levantados pelos técnicos do CNRH. Estes tópicos são considerados os mais relevantes para cada setor, não obstante haverem outros que não foram considerados devido a limitação de capacidade física, técnica e de tempo, existente em qualquer organização.

3.1 - Setor Educação

Dentre os grandes problemas deste setor podem ser citados a implantação do ensino de 1º e de 2º graus, a adequação do ensino superior às necessidades do mercado de trabalho, o financiamento da educação, a estrutura e papel do ensino supletivo, etc.

Assim, optou-se por estudar os aspectos estruturais e a partir daí obter alternativas de operacionalização para os ensinos de 1º e 2º grau, ensino superior e ensino supletivo. A Secção 4 detalha os referidos tópicos.

3.2 - Setor Saúde

O Setor Saúde ressent-se desde longa data de estudos, pesquisas e de uma profunda reformulação em seus métodos e práticas.

Seja pela sua diversidade, seja pela sua complexidade, a apreensão e o equacionamento dos problemas do setor encontra-se a níveis ainda elementares no País. Assim, o programa ora proposto é o mais amplo de todos os demais no CNRH, abarcando pesquisas e atividades práticas em um conjunto de tópicos que em sua totalidade praticamente cobrem os pontos mais críticos. Estes pontos são a definição de política para a saúde, o levantamento do quadro nosológico brasileiro, o levantamento das principais distorções do sistema médico-assistencial o estudo de medidas que visem a extensão de equipamentos de saneamen-

to a áreas de menor renda, a montagem de uma assessoria especial para a Secretaria Geral do Ministério da Saúde e a definição de uma Política Nacional de Nutrição.

Dado o caráter abrangente dos tópicos acima citados, preferiu-se comentar sumariamente alguns deles, sem destacá-los. O detalhamento de cada um será feito na Seção 4.

3.3 - Setor Emprego

Alguns tópicos foram selecionados no setor de emprego e mão-de-obra. Também nesse setor a ausência de informações e estudos é grande. Assim, as rápidas transformações que a estrutura de emprego e de mão-de-obra são percebidas "a posteriori" e de forma fragmentada. Os tópicos escolhidos abordam níveis de preocupação de curto e de médio prazos e visam em seu conjunto, aprofundar o conhecimento dos fenômenos do setor. Optou-se por agrupar os tópicos, em três áreas de atuação:

- Área de Informação;
- Área de Estudos e Pesquisas;
- Área de Planejamento.

O item 4 detalha os tópicos agrupados nessas 3 áreas.

4 - DETALHAMENTO DOS TÓPICOS

4.1 - Setor Educação

4.1.1 - Ensino de 1º Grau

Estrutura Atual da Oferta e Estratégias de Implantação do Ensino de 1º grau Até o Final da Década em Várias Regiões do País.

Após a publicação da Lei nº 5 692/71 alguns estados procuraram cumprir o artigo 72 e parágrafo, que mandava elaborar planos de implantação do novo sistema. Por uma acomodação circunstancial os legisladores trocaram um termo que aparecia no Anteprojeto - Plano Estadual de Educação - por Plano Estadual de Implantação; e o entendimento generalizado foi de que se tratava de imaginar e formalizar planos para reformular as escolas primárias e ginásiais e prever a execução destas reformulações no tempo e no espaço. O MEC, de sua parte, tratou de incluir em seus orçamentos e planos, aqueles projetos que deveriam apoiar esta política, como a Operação Escola, o Treinamento de Docentes, Reformulação de Currículos, etc. Os instrumentos básicos de apoio seriam a quota federal de salário-educação e a assistência técnica - para planejamento a geral e para as Comissões Estaduais de Currículo.

Assim, cada estado buscou, na medida do possível, formular planos e organizar sistemas de planejamento com vistas aos seus próprios esquemas de implantação do novo regime escolar. Sucedeu, no entanto, que por várias razões, se adotou a concepção de que o "novo regime" seria caracterizado por segmentos justapostos ao "antigo regime" - que continuaria vigorando até mesmo nas localidades escolhidas como áreas de implantação.

Não mais do que três estados propuseram planos compreensivos e integrados para todo o sistema sob sua jurisdição. E que seriam chamadas propriamente de "Plano Estadual de Educação". Ali se encontravam diagnósticos razoáveis e projeções, pelo menos de situações esperadas. Os demais limitavam-se a projetar a expansão do segmento reforma

do e suas implicações em termos de treinamento de pessoal, construções escolares e alguns projetos de pesquisa ou de estudos para reorganizar os sistemas de administração. E nem sempre se previa que as exigências do restante do sistema haveria de absorver não só recursos escassos como também a atenção dos administradores.

Nos Estados do Norte e Nordeste, os prazos curtos estabelecidos para a negociação de um financiamento pelo Banco Mundial, forçaram as Secretarias a elaborar apressadamente planos muito rudimentares e projetos de expansão e desenvolvimento padronizados e não articulados com as políticas gerais vigentes no setor. Os estados que foram incluídos no Programa II Acordo MEC/USAID enfrentaram problema semelhante, porém como "Know-How" e organização de planejamento um pouco melhores; embora, no caso da Guanabara, se tenha também "forçado" a elaboração apressada de projetos "para entrar no programa".

Outrossim, o fato de as proposições substantivas de reforma serem genéricas e exigirem implantação progressiva "segundo as peculiaridades, possibilidades e legislação de cada sistema", e de as administrações estaduais não disporem de instrumentos qualificados para isso está pondo em pauta a urgência de se discutir e proceder às revisões nas políticas adotadas, quer no referente ao nível estadual, quer ao nível federal.

A elaboração de um estudo amplo sobre as estruturas atuais de oferta e sobre as bases de estratégias diferenciadas para cada tipo de problema de implantação da reforma do ensino fundamental teria, portanto, os seguintes objetivos:

- a) oferecer critérios para avaliação dos problemas básicos a serem solucionados;
- b) indicar as vias de abordagem e construção de soluções;
- c) aperfeiçoar os métodos de diagnose e projetamento para uso das equipes federais e estaduais de planejamento;
- d) indicar trajetórias globais de expansão e desenvolvimento do ensino de 1º grau; e identificar projetos que devam merecer prioridade nos planos de Governo.

O modo de operação deste estudo assenta em duas possibilidades:

- I. Utilizar como instrumentos principais de análise o "Manual de Cálculos: A Análise de Estatísticas Educacionais para Aplicação ao Planejamento", de Richard Durs-tine e "Modelo para Estudo do Desempenho de um Sistema Educacional" de Carlos Henrique Motta Coelho (CENDEC), ainda, "La Elección Racional entre Alternativas Educa-cionales Y el Sentido Comum" de Ernesto Schiefelbein (UNESCO/PREALC); que seriam operacionalizados em estu-dos-piloto realizados pelo CNRH;
- II. Estimular a sua reprodução em estudos de caso que se-riam realizados em diferentes regiões do País, por ins-tituições locais (Superintendências Regionais, Univer-sidades, Institutos de Pesquisa, etc.); e o desenvol-vimento, nessa linha de estudos do tipo realizado pe-lo DRH/SUDENE sobre o ensino primário da região.

A metodologia a seguir e o projeto operacional - como se fará para os demais estudos - serão apresentados oportunamente.

4.1.2 - Funções Sociais e Econômicas do Ensino Médio

Situação e Política

Como se disse antes, esta é a área onde é mais controver-tida a política governamental. Enfrentando-se com o "caráter acadêmi-co" do ensino médio do 2º ciclo e com as concepções de que o sistema educacional seria responsável pelo suprimento de recursos humanos qua-lificados, adotou-se um modelo de escola média "profissionalizante" em que uma parte do esforço escolar seria dedicado à "formação espe-cial" (em contraposição a uma formação geral) que teria o objetivo de habilitação profissional "em consonância com as necessidades do merca-do de trabalho local ou regional, à vista de levantamentos periódica-mente realizados" (Art. 5º § 2º da Lei nº 5692/71).

O sistema como um todo visaria formar o adolescente e, em especial, dar-lhe uma habilitação profissional, segundo uma regulamen-tação emanada do CFE e conforme as opções oferecidas pelo estabeleci-mento de ensino ou por intermédio de alguma forma de articulação des-te com outras instituições de treinamento e com as empresas.

Sem adiantar as razões específicas pelas quais se pode questionar esta concepção, bastaria lembrar que a experiência dos últimos anos parece demonstrar que, no mínimo, se torna urgente uma revisão de política. Quer pelo lado das características de demanda, quer pelas enormes dificuldades de conciliar um programa de expansão sob estas concepções com esta demanda e com os recursos disponíveis.

Ademais, alguns estudos recentes, em âmbito internacional (como o de BLAUG, para a OIT) e em nosso País (como os de PASTORE e o de MOURA-MELLO E SOUZA), sobre as relações entre emprego e educação vêm mostrando como a escolaridade regular exerce um efeito limitado sobre as oportunidades de emprego; e, em particular, que é sob rigorosa qualificação que se pode aceitar a pertinência do ensino médio técnico em face dos "requerimentos técnicos" para os postos de trabalho.

O presente estudo objetivaria confrontar os resultados de estudo de educação comparada e de pesquisas sobre educação e emprego com os dados disponíveis sobre a disponibilidade e a procura por ensino médio no Brasil de modo a proporcionar subsídios para:

- a) aprofundamento das discussões sobre a política de ensino médio e formação profissional;
- b) avaliação do potencial de oferta deste nível de ensino;
- c) estudo de alternativas de educação média para adolescentes e adultos.

A operacionalização deste estudo deverá ser realizada pelo CNRH (incluindo uma interação com os estudos do setor de emprego) e pelo aproveitamento de pesquisas já terminadas ou de teses de mestrado e doutorado ora em curso.

Num primeiro passo, investigar-se-ia a natureza, dimensões e localização de deficits no perfil educativo da população, em face de padrões mínimos de requerimentos sociais de educação. E projetar-se-ia no estudo de alternativas específicas de educação não-formal, para cada componente de uma tipologia de clientela.

4.1.3 - Funções e Estruturas de Educação Não-Formal no Brasil

Pode-se definir a educação não-formal como "toda atividade educativa organizada, não participante do sistema escolar estabelecido - tanto independente, como constituindo-se em elemento importante de uma atividade mais geral - e que tem por fim servir "clientelas de educandos" (learning clientes) identificáveis e em busca de atendimento a objetivos dados" (Coombs, P.H.). E se concretiza quer no atendimento infantil por creches e escolas maternas, quer em programas que oferecem uma "segunda chance de escolarização", alfabetização, de extensão rural, etc..

Trata-se portanto de processos de reoportunização educacional que derivam, ou da acumulação de deficits de escolarização ou da insuficiência da escolaridade média possível. E assenta em programas essencialmente não-escolares.

Concretamente, no entanto, as primeiras medidas de implantação do ensino supletivo previsto na Lei nº 5 692/71 são ainda predominantemente "escolares". Em muitos casos trata-se de oferecer programas acelerados de estudos - seguindo meras adaptações dos métodos escolares tradicionais-com vistas a exames, também de feitiço escolar e que pouco têm a ver com avaliações dos programas oferecidos.

De outra parte, com exceção de uma tentativa feita pelo MÓBRAL a partir de um diagnóstico da situação educacional brasileira, nenhum estudo sobre a clientela potencial desta forma de educação foi ainda elaborado, para definir que magnitude, sentido e estruturas devem ter os projetos de educação não-formal.

A presente proposta de estudo, de caráter exploratório, de verá ser discutida com as áreas interessadas no MEC, particularmente o Departamento de Ensino Supletivo. Assenta no suposto de que a demanda por ensino supletivo seria uma função dos deficits passados e das perspectivas de rendimento do sistema regular de ensino. E que se estenderia ao meio rural, na medida em que se possa admitir que tão importante quanto a escolarização dos jovens, é a educação dos adultos.

4.1.4 - Potencial de Expansão de Oferta de Ensino Superior e Ajustamento às Características da Demanda

Existe uma contraposição entre as modalidades de ensino superior representadas pelos estabelecimentos isolados e pelas universidades. As primeiras têm respondido agilmente a certos tipos de demanda por educação post-secundária através da oferta de cursos de menor custo e mais fácil organização, como os de Educação, Economia e Administração, Direito, etc. Parte das universidades seguem um caminho semelhante, principalmente em zonas de menores recursos; enquanto outras repartem seu esforço entre esta linha de ação e aquelas de maior complexidade, como as de pesquisa e formação de recursos humanos para as áreas tecnológicas e científicas, de saúde, etc. Finalmente umas poucas universidades de maior porte e qualificação procuram realizar um modelo institucional mais próximo àquele idealizado pelos promotores da reforma universitária.

Esta, em nosso País, foi concebida como um processo que levaria o ensino superior a ter como paradigma a universidade anglosaxônica. E mais, a regra seria a Universidade, admitindo-se, excepcional e transitoriamente, a faculdade ou escola que reúne uns poucos cursos da mesma natureza. Nestes últimos anos, no entanto, devido às características históricas da demanda, mas também às condições concretas e possibilidades de recursos do lado da oferta, surgiram alternativas que, ainda quando se as desejassem inseridas no modelo universitário, parecem realizar-se paralelamente ou mesmo à margem deste modelo. Primeiro, foram os cursos de engenharia operacional, criados e desenvolvidos dentro das escolas técnicas federais; em seguida, os cursos de licenciatura "curta" planejados e implementados originalmente pelo PREMEN, e que, não obstante sua localização e institucionalização serem na Universidade, caracterizam um processo separado, mais ajustado aos requerimentos da reforma do ensino de 1º grau do que aos do ensino superior. Finalmente, o recente desenvolvimento de cursos técnicos superiores - as chamadas "carreiras de curta duração", também emergindo em algumas universidades, mas também como processos paralelos ou pelo menos não decorrentes diretamente de uma reforma da universidade.

A crítica principal ao estilo de expansão dos últimos anos está centrada, no entanto, menos na estrutura das modalidades, do que na qualidade obtida pelas instituições que as realizam. Ou seja, os argumentos principais dos que rejeitam as tendências de expansão através das escolas isoladas são de dois tipos:

- a) estas unidades apresentam baixa qualidade de ensino - por utilizarem docentes não preparados e regimes escolares menos eficazes e, ainda, por não contarem com infra-estrutura adequada - não cumprindo de modo satisfatório as funções de formação de recursos humanos qualificados;
- b) a clientela destas escolas tem menor interesse pela qualificação profissional, dedica pouco tempo ao estudo e não formula adequadamente suas expectativas educacionais e ocupacionais.

Ora, a medida de validade destes argumentos é limitada pelo fato de não questionar a função própria destas escolas mas de apenas comparar seus resultados específicos com padrões derivados de uns vagos conceitos de qualidade. E tanto pode haver escolas isoladas mas como cursos universitários maus; e escolas isoladas e universidades de bons padrões, cada qual em sua modalidade própria e dentro de seus próprios padrões.

Quanto à clientela, talvez seja um fato o de que formulam inapropriadamente suas expectativas. O "efeito demonstração" pode ser usado, dentro de certos limites, para explicar as reivindicações das classes médias de cidades do interior por escolas isoladas superiores. Ou para a tendência de grupos de escolas isoladas de uma mesma região ou localidade se auto-rotularem de universidade.

Contudo, seria pertinente questionar a subjetividade de tal argumento; ao lado disso, poderia haver uma certa adequação, destas aspirações às peculiaridades tanto no mercado local de trabalho, como do modo de vida e das estruturas sociais destas regiões. Ou seja, as ocupações, a nível local, podem ter perfis de requerimentos educacionais que são sobrepassados pela formação recebida em universidades, mas atendíveis pelo nível da escola local. Em especial, as característi-

cas da sociedade urbana local podem exigir mecanismos de nivelamento e ajustamento dos grupos jovens ou profissionais, que são exercidos pela faculdade de filosofia ou de economia, ou ainda pela de direito.

Por outro lado, no entanto, seria válido pensar que satisfazer as demandas particularistas desta índole, seria alocar mal recursos escassos. Ou que - como tem sido reiteradamente afirmado - subvencionar escolas isoladas no interior retira recursos que, de outro modo, reduziriam os "deficits" de ensino fundamental.

Entretanto, a maior parte destas escolas - e a quase totalidade das que estão em grandes cidades - absorvem muito pouco em termos de recursos públicos. Sua fonte predominante de financiamento é o pagamento de anuidades pelos alunos. E não se fugiria muito à realidade, se se aventasse a hipótese de que, não sendo desta forma, estes recursos não se dirigiriam para a educação, nas condições atuais.

A proposta de estudo centra-se no estudo destas questões :

- a) natureza, localização e características sócio-econômicas da oferta de ensino superior.
- b) identificação das principais linhas de demanda por ensino superior;
- c) perspectivas de expansão de cada modalidade de ensino superior;
- d) identificação do potencial de atendimento destas demandas.

Em linhas gerais, adotar-se-ia um procedimento mais expedito de coleta de informações, como seja, o de examinar os registros do Conselho Federal e de alguns Conselhos Estaduais de Educação; e de realizar alguns estudos de caso em regiões e instituições selecionadas, através de Institutos de Pesquisa e de equipes técnicas das Secretarias de Educação..

4.1.5 - Sistema de Financiamento da Educação

Estruturas do Financiamento Educacional no Brasil: estudo dos seus efeitos econômicos

Em realidade, o problema do financiamento da educação é muito pouco específica,; trata-se muito mais de questões de planejamento com vistas à eficiência e pertinência na geração do produto educacional, do que de "descobrir novas fontes de recursos".

E talvez seja mais relevante inquirir como os efeitos econômicos do atual sistema afetam as possibilidades de implementação exitosa das estratégias propostas para expansão e desenvolvimento dos sistemas educacionais.

Esta área portanto deve ser coberta por um conjunto de estudos, investigações e projetos, a ser desenvolvido no âmbito do grupo de estudos criado junto à Assessoria Especial do Ministério da Educação e Cultura. Para este grupo foi sugerida a agenda seguinte:

- a) estudos macro-econômicos e de política de financiamento educacional
- b) estudos de avaliação de custos para o planejamento do setor e para análise de projetos;
- c) estudos de administração financeira e orçamentária;

E para o primeiro item sugerem-se os termos seguintes, os quais poderiam ser desenvolvidos basicamente através do CNRH:

- I. Estrutura do Sistema de Financiamento Educacional no Brasil e suas Perspectivas para 1980;
- II. A Redistribuição de Recursos Federais: objetivos critérios e mecanismos;
- III. Requerimentos Financeiros da Expansão do Ensino Superior: balanço do potencial de contribuição pública e privada;

IV. Doações e Crêditos Externos para Educação;

V. Potencial e limites de capacidade financeira dos esta
dos para expansão do ensino de 2º grau.

As investigações sobre custos e efetividade já se acham em início; e seus resultados parciais poderão ser utilizados na implementação dos temas III e V acima.

4.2 - Setor Saúde

4.2.1 - Conclusão e Publicação de um "Position Paper" sobre Saúde.

Com o objetivo de definir o pensamento oficial do IPEA a respeito de diversos aspectos da problemática da Saúde foi redigida, no primeiro semestre, uma versão preliminar do supracitado documento. Submetido o referido estudo à Superintendência concluiu-se que essa versão deveria ser entiquecida e expandida com o objetivo de vir a se re construir um documento básico.

Entretanto, o estudo resente-se de maiores informações no que respeita a Assistência Médica da Previdência Social - o que seria sanado a médio prazo através de uma Pesquisa específica constante dessa programação - e admite-se que ganharia maior conteúdo na medida em que pudesse incorporar experiência concreta dos Estados e das Superintendências Regionais. É com essa preocupação que sugeriu-se, e numa primeira instância foi aceito pela Superintendência, a realização de um encontro com os Secretários de Saúde do Brasil.

Para que esse evento tivesse seus resultados técnicos maximizados recomenda-se que esse encontro seja feito parceladamente, isto é, reunindo em diversos períodos consecutivos no máximo de 2 a 3 Secretários, de preferência de uma mesma região. Os depoimentos dessas autoridades que nos últimos 4 anos geriram as políticas estaduais de Saúde. Sem dúvida alguma, poderia incorporar importantes subsídios, difíceis de serem apercebidos por um órgão central de Planejamento como é o IPEA.

4.2.2 - Levantamento do Quadro Nosológico Brasileiro

Como idéias iniciais propõe-se o levantamento em todas unidades da federação das estatísticas sanitárias existentes. É quase certo que na maioria dos estados e praticamente em todos, nos anos mais recuados, existem dados que simplesmente não foram coletados nem publicados.

O levantamento compreenderá:

- estatísticas mortalidade;
- dados sobre doenças de notificação compulsória;
- estatísticas de altas, por idade, sexo, profissão, causas de internamento e por tipo de alta (curado, melhorado e óbito). Estes últimos dados podem ser obtidos através de um hospital geral que disponha de internamento também de indigentes.

Esses dados devem ser levantados nas capitais e inclusive nas cidades do interior onde sejam disponíveis.

Este trabalho objetivará também estabelecer a correlação entre quadro nosológico e grau de desenvolvimento, correlação esta ainda posta em dúvida por amplos setores.

Depois de devidamente coletados estes dados deverão ser apurados, tabelados e publicados. Sua análise permitirá o estabelecimento da situação sanitária do Brasil.

É interessante observar que o objeto desta pesquisa é a recuperação de dados existentes mas que devido ao mau funcionamento do Departamento Estatístico do Ministério da Saúde foram perdidos ou nem chegaram a ser coletados.

Com a colaboração do Ministério do Planejamento, através da SEMOR, o Ministério da Saúde se propõe a fazer estudos objetivando modernizar e por um funcionamento sua maquinaria estatística. A pesquisa proposta não implica em paralelismo mas sim entra em complementariedade com a modernização objetivada.

A fim de dar uma cobertura mais ampla para a realização desta pesquisa sugere-se a possibilidade de um Convênio entre o IPEA e a Secretaria Geral do Ministério da Saúde. Seria também pertinente a participação do IBGE.

Pode-se sugerir além da operação de resgate deste importante acervo de dados para a saúde pública, operações paralelas objetivando o levantamento das principais ocorrências sanitárias nas áreas de

desbravamento. Parece de mais alta importância conhecer com exatidão quais os problemas sanitários que podem dificultar e algumas vezes mesmo tentar impedir a incorporação das novas áreas à economia nacional.

No presente momento existem convênios entre a Organização Mundial de Saúde e o Ministério de Saúde para a montagem do referido sistema de informações. Entretanto, têm-se a impressão que esse trabalho vem sendo conduzido com lentidão. Sugere-se que o IPEA assumira o comando desse trabalho e o equacione concretamente. Ainda que se tenha que abrir mão de muito que seria importante para o conhecimento e planejamento do setor, deve-se partir decididamente para a implementação, no mais curto prazo, de um sistema mínimo de coletor de dados de saúde. A determinação das variáveis fundamentais a serem levantadas e de toda parte operacional deve ser feita através de um sistema intensivo de consultoria a técnicos de saúde pública e de estatísticas. Sugere-se a formação de um grupo de trabalho IPEA-IBGE-Ministério da Saúde com o objetivo de desencadear a montagem desse mecanismo.

4.2.3 - Análise das Principais Distorções do Sistema Médico Assistencial e Recomendações Concretas para a sua Melhoria.

No sistema médico-assistencial brasileiro ninguém desconhece a configuração de um quadro cada vez mais caótico.

A ausência de qualquer política orientadora tanto da parte do Ministério da Saúde quanto do Ministério do Trabalho e Previdência Social fez com que algumas de suas deficiências iniciais, na medida em que se ampliavam as necessidades de prestação de serviços, evoluíssem por descaminhos que conduziram à pouca eficiência geral do sistema.

A Previdência Social mobiliza quantias enormes com a assistência médica. Assim é que, pode-se dizer, com confortável segurança, que a somatória das decisões empíricas tomadas ontem e hoje pela Previdência Social, é que foram conformando o quadro crítico existente na medicina assistencial brasileira.

A Previdência Social é, ao mesmo tempo, produtora e compradora de serviços médicos. Tanto em uma modalidade de atuação como na outra existem distorções que deveriam ser objeto de estudo cuidadoso.

Para alguns, com bastante razão, o principal equívoco da Previdência Social foi ter sido responsável por um crescimento espantoso do setor empresarial ligado à assistência médica.

Estudiosos do assunto, como o Dr. Decio Pacheco Pedrosa (*) que por muitos anos foi o responsável pela coordenação da parte médica da Previdência Social em São Paulo, são unânimes em denunciar a mistura entre objetivos comerciais e ética médica.

Os serviços produzidos pela Previdência são também, não poucas vezes, alvos da insatisfação dos beneficiários e de descrédito da opinião pública. Alegam os médicos e outros profissionais deste setor público que os baixos salários (o INPS paga pouco mais de 2 mil cruzeiros mensais a um médico) fazem com que seus empregos transformem-se em "bico" e que por esta razão devem absorver o mínimo de tempo e esforço.

Em linhas bem gerais estas são as grandes deformações do quadro médico assistencial urbano brasileiro.

Não se conhece estudos sérios capazes de elucidar nitidamente este emaranhado de procedimentos e, os altos custos que todas essas deformações acarretam à medicina e principalmente à população.

4.2.4 - Saneamento

Inquéritos Epidemiológicos revelam que se verificaram pouca ou nenhuma redução dos índices de morbidade e mortalidade nas cidades onde se implantaram sistemas de abastecimento de água e esgotos.

A busca de explicações desse fenômeno conduz à uma análise mais atenta dos efeitos decorrentes dos mecanismos atuais de implantação desses serviços.

O PLANASA, ativado com recursos provenientes do FGTS, imprimiu um grande dinamismo ao setor saneamento que entretanto vem atuando com critérios econômicos de seletividade; pertinentes quanto à manutenção de um fundo rotativo bancário e mesmo eficiente no sentido de ter sido a única fórmula que se revelou capaz de possibilitar uma acelerada expansão desses serviços.

Entretanto essa seletividade econômica, dentro de um programa de caráter social, algumas vezes revela-se pouco satisfatória.

Os recursos são compostos prevendo-se as seguintes participações: 37,5% BNH; 37,5% ESTADOS e 25,0% MUNICÍPIOS. Embora o BNH atualmente venha financiando também as contrapartidas Estaduais e Municipais, na verdade ocorre que no caso dos Estados mais pobres, sua capacidade de contrapartida tem-se mostrado fator restritivo à expansão do PLANASA. Com efeito, essa capacidade esgota-se rapidamente com a execução de alguns projetos de abastecimento d'água impossibilitando a alocação de recursos para os projetos de esgotos.

Mesmo nos municípios atendidos pelos novos sistemas sanitários, reproduz-se também uma situação discriminatória: os sistemas ou suas expansões, voltam-se exclusivamente para o atendimento das áreas cujas redes de serviços podem ser consideradas econômicas. As populações localizadas nas áreas de pouca densidade econômica, isto é, de baixa incidência de "população com renda", ficam automaticamente marginalizadas.

Não se poderia esperar de um organismo que atua com critérios de rentabilidade financeira a disseminação de redes anti-econômicas.

Entretanto não se pode admitir que as ações de saneamento que devem ser regidas por critérios de desenvolvimento social e também de salubridade, se detenham excluindo esses contingentes populacionais, exatamente os mais carentes.

Os resultados dos inquéritos epidemiológicos mencionados, possivelmente apenas refletem a exclusão desses contingentes populacionais das cidades atendidas.

Populações inteiras de municípios, economicamente inviáveis por não atender às necessárias exigências do PLANASA, estão afastadas da possibilidade de se beneficiarem desses serviços por um longo período. Convém lembrar que os Estados exaurem facilmente todos recursos que destinam ao setor antes mesmo de esgotarem-se os programas que poderiam ser financiados pelo PLANASA e dessa forma é pouco provável que venham a destinar recursos a fundo perdido para o atendimento dessas populações.

Dessa forma pode-se concluir, que o PLANASA discrimina os contingentes mais carentes e que onde possivelmente seriam da maior eficiência sanitária (maiores decréscimos na mortalidade e morbidade) os investimentos do setor.

A conclusão que se impõe é a criação de um mecanismo de atuação paralela ao do PLANASA voltado a atender exclusivamente a estes setores populacionais.

Para tanto a liberação dos recursos da quota de previdência para saneamento poderia assegurar os recursos iniciais requeridos. Faz-se necessário estimar os montantes que poderiam ser mobilizados a través dessa fonte.

Cabe ao Ministério da Saúde através da FSESP, a movimentação desses recursos que deveriam ser aplicados com critérios nosológicos e sociais.

Seria então oportuno, que a FSESP entregasse os serviços que atualmente administra em comunidades autofinanciáveis para que eles se integrassem no sistema PLANASA de saneamento.

Para o equacionamento desse problema sugere-se a formalização de um convênio BNH-IPEA-Ministério da Saúde. Sabe-se de antemão que as maiores dificuldades não se encontram na área técnica.

4.2.5 - Definição da Política de Nutrição

Com essa objetivo foi proposto e aceito um convênio IPEA/INAN/Secretaria Geral do Ministério da Saúde, restando apenas sua formalização.

Estã em fase de programação em Seminãrio que, coordenado pelo IPEA, serã realizado em Brasília nos dias 16, 17 e 18 de Dezembro, congregarã especialistas no assunto que analisarã e farã sugestões sobre o documento de Política de Nutrição proposto provisoriamente pelo INAN.

4.2.6 - Entrosamento direto com a Secretaria Geral do Ministério da Saúde

Objetiva-se com isso obter um grande entrosamento com o órgão Central do sistema de formas a participar continuamente da elaboração das diretrizes e da definição de prioridades da área.

A forma encontrada de concretizar esse entrosamento foi através da montagem de uma assessoria especial composta inicialmente por dois técnicos "senior", indicados pelo Secretário Geral do Ministério da Saúde, e contratados pelo IPEA. A assistência técnica, enunciada deverá ser formalizada através de convênio IPEA/MS. Os técnicos supra-mencionados terão seus trabalhos coordenados pelo IPEA e participarão basicamente da área de Planejamento Geral de Saúde. Dessa forma, além da colaboração com o Ministério da Saúde será possível ao IPEA manter-se a par das principais movimentações Setoriais, além de, com a ajuda da referida equipe, dar curso ao programa de pesquisas do CNRH.

4.3 - Setor Emprego

As atividades do CNRH no setor EMPREGO durante 1975 e 76 podem ser agrupadas nas seguintes áreas: Informação, Estudos e Pesquisas e Planejamento.

4.1 - Na área de Informação:

4.1.1 - Relatório Anual Sobre a Situação de Mão-de-Obra

Apesar de seu caráter anual (tipicamente de curto prazo), este tópico demandará a criação de um mecanismo de coleta e tratamento das informações disponíveis. Este projeto contará também, com o apoio de consultor do Projeto BRA - 70/550.

Este relatório se impõe como uma primeira tentativa concreta de se criar uma linha de estudos sistemáticos a respeito do assunto. Tais estudos deverão ser realizados em conjunto com o Ministério do Trabalho e com o IBGE, para que, particularmente na fase de coleta e tratamento de dados, haja possibilidade de ordenar e compatibilizar informações de molde a se criar um sistema coerente de coleta e

apresentação de dados sobre mão-de-obra no Brasil, e tendo como meta algo parecido ao "Manpower Report to the President", feito nos EUA.

A intensão do IPLAN de realizar um "survey" anual sobre a economia brasileira deverá ser um forte estímulo para esta atividade. Por outro lado, sua implantação será um fator de pressão sobre os produtores de informação, não só quanto à presteza do processo mas principalmente quanto à compatibilização entre as várias fontes.

4.1.2 - Integrar a equipe interministerial que busca implantar o Formulário Integrado. Este formulário, que pretende reunir as informações coletadas por várias fontes fiscalizadoras, possui um imenso interesse estatístico até agora bastante subutilizado.

4.1.3 - Colaborar com o PNAD/IBGE na formulação do questionário especial sobre migrações internas a ser aplicado em 1975, da mesma forma como o CNRH participou da elaboração dos atuais questionários do PNAD sobre força de trabalho.

4.2. - Na área de Estudos e Pesquisas:

4.2.1 - Perfil de Mão-de-Obra

Contando com a consultoria de um perito do projeto "Planejamento de Recursos Humanos", far-se-á uma análise retrospectiva e prospectiva do perfil da mão-de-obra no Brasil, analisando seu comportamento passado e inferindo necessidades futuras segundo as diretrizes do II PND. Assim, a fim de apoiar diretrizes para a política de formação profissional, principalmente agora quando se espera mudanças importantes, é necessário realizar alguns estudos que se coloquem num nível de abstração algo mais elevado que a mera listagem de requerimentos de mão-de-obra ("manpower approach"), se bem que tal metodologia será empregada num primeiro momento, para fins de planejamento.

4.2.2 - Integração Social e Qualidade de Vida

Emprego e Distribuição de Renda: Se por um lado o desempenho da economia brasileira nos últimos anos tenha sido bastante satisfatório quanto à criação de novos empregos, deixou muito a desejar quan

to à distribuição da nova renda gerada. As relações entre emprego e distribuição de renda deverão ser objeto de estudo com vistas à formulação de políticas que compatibilizem os objetivos de absorção produtiva de mão-de-obra e maior equidade na distribuição de renda.

Ademais, os resultados globais da atuação de uma série de mecanismos redistributivos de renda ainda não foram avaliados no País. Assim não se sabe quanto, como e onde houve melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro com a introdução dos diversos Fundos (PIS, PASEP, FUNRURAL, FGTS, etc), além de outros mecanismos já existentes tais como Previdência Social, os Sistemas Educaional e de Saúde, etc.

Em passado recente, vários estudos foram feitos a respeito da distribuição da renda nacional, mas os mecanismos anteriormente mencionados não foram levados em conta em toda sua extensão. Ademais, como poderão tais mecanismos serem acionados para objetivos específicos de redistribuição de renda?

Por tudo isso faz-se necessário pesquisar a qualidade de vida do povo brasileiro, que transcende de muito à simples verificação de renda per capita e índices de concentração de renda. O termo "qualidade de vida" é colocado propositadamente por conter um significado mais amplo do que o valor financeiro e econômico da renda.

Torna-se claro que o conhecimento da atuação dos mecanismos redistribuidores de renda trarão como consequência indicações concretas que visem seu aperfeiçoamento e agilização.

4.2.3 - Impactos dos Pólos Industriais no Mercado de Trabalho e na Estrutura Urbana

A partir da existência de novos pólos industriais, este tópico visa levantar informações a respeito dos impactos que novos pólos industriais trarão para as estruturas urbanas próximas e para o mercado de trabalho local.

O conhecimento mais detalhado destes impactos, deverão auxiliar o Grupo de Trabalho criado pelo Dec. nº de que trata do mesmo assunto, mas com o objetivo de levantar necessidades de treinamento de mão-de-obra.

4.2.4 - Acompanhar e buscar a melhor forma de participação na pesquisa "Emprego e Mudanças Sócio-Econômica no Nordeste". A variedade de tópicos e situações a serem pesquisadas por este projeto permitirá, além dos seus resultados imediatos, o levantamento de hipóteses para outros estudos futuros. Dado porém os aspectos metodológicos do projeto, é da maior importância que o CNRH/IPLAN não se limite a participar do financiamento de pesquisa. Para que seus resultados sirvam ao próprio CNRH será preciso absorver todos os passos do trabalho.

4.2.5 - Migrações internas: Intensificar a participação nos estudos sobre migrações internas, coordenadas pelo MINTER. Neste sentido, o CNRH já aceitou um convite do SERFHAU para colaborar no seminário de avaliação das pesquisas conduzidas por este órgão, a ser realizada em fins de janeiro.

4.3 - Na Área de Planejamento:

4.3.1 - Colaborar com o Ministério do Trabalho no estabelecimento de prioridades no campo da formação profissional, tendo em vista basicamente os investimentos previstos para o Nordeste e Polamazônia.

4.3.2 - Prestar assistência técnica aos DRH's visando sua integração na formulação da política de treinamento assim como maior participação em estudos e pesquisas.

4.3.3 - Auxiliar o Ministério do Trabalho na implantação do Serviço Nacional de Emprego e buscar integrar os Centros de Treinamento de Migrantes (MINTER) com as agências públicas de colocação.

5 - OPERACIONALIZAÇÃO DOS TÓPICOS APRESENTADOS

Os diversos tópicos levantados na Seção 4 foram submetidos a uma operacionalização preliminar e são apresentados a seguir (veja Quadro 3):

Na linha de Curto Prazo distingue-se várias atividades:

5.1 - Contato com Órgãos Públicos

5 - A PARTICIPAÇÃO DO PROJETO "PLANEJAMENTO DE RECURSOS HUMANOS" (PRO
JETO PNUD - BRA/70/550)

O Programa de Trabalho do CNRH foi montado de tal forma a não duplicar atividades e projetos já existentes. E sempre que tópicos comuns ao programa e ao Projeto PNUD foram identificadas, procurou e procurar-se-á integrar esforços.

Tais são os casos dos tópicos "Financiamento da Educação", "Perfil de Mão-de-obra", "Impactos de Pólos Industriais" e "Relatório Anual de Mão-de-Obra".

Nestes tópicos o Projeto PNUD - BRA/70/550 sempre complementarã e apoiará as atividades e exceto em relação ao tópico "Relatório...", ambos complementarão atividades desenvolvidas em diversos Ministérios.

O apoio do PNUD será dado em forma de consultores adrede selecionados.

Órgãos aos quais interessa diretamente a atividade em questão e que deverão ter ciência da atividade e colaborar direta ou indiretamente;

5.2 - Apoio Técnico Externo

Apoio direto ou indireto que o CNRH dará a outros órgãos em caráter temporário;

5.3 - Grupos de Trabalho

GT's já constituídos e que darão e receberão apoio do CNRH;

5.4 - Seminários e/ou Reuniões

Atividades preparatórias para projetos, além de servir em também como atividades avaliadoras;

5.5 - Apoio de Consultores para o CNRH

Atividade que auxiliará a consecução de projetos, visando reforçar a capacidade técnica do CNRH em assuntos específicos, como por exemplo no desenho de amostras, etc;

5.6 - Intercâmbio

Que poderá ser feito através de bolsas de estudo, estágios, "workshops" para aumentar a capacidade técnica da equipe do Centro.

Na linha de Médio Prazo, distingue-se os seguintes projetos:

5.7 - Convênios

Obtenção de Assistência Técnica para o CNRH, especificamente para transmissão de experiências de campo;

5.8 - Contratação de Estudos e Pesquisas

Utilização das unidades de pesquisa das Universidades brasileiras para a obtenção de estudos e pesquisas com a participação e supervisão diretas de técnicos do CNRH.

Esta forma de atuação é necessária quando o tópico requer estudos e pesquisas de maior profundidade e onde faz-se necessário a montagem de uma equipe de certo vulto, com condições de trabalho específicos. Acredita-se também que estes projetos colaborarão positivamente na ampliação da capacidade de pesquisa das Universidades brasileiras.

5.9 - Execução Direta de Estudos e Pesquisas

Existem vários estudos e pesquisas que devem ser executados diretamente pelo CNRH pois envolvem definição de políticas e diretrizes de planejamento, execução, supervisão e avaliação.

Quando houver concomitantemente os projetos 4.8 e 4.9, significa que o contrato com uma Universidade (4.8) abrangerá somente estudos e pesquisas, ficando a definição de políticas e diretrizes a cargo do CNRH.

Segue quadro 3 resumizando os tópicos, atividades e projetos, montados em caráter tentativo e que será detalhado posteriormente.

